

O FMI impõe nova condição para...

por Getulio Bittencourt
de Washington
(Continuação da 1ª página)

Essa coordenação fora rompida pelo líder do Grupo dos Sete, os EUA, durante a renegociação da dívida do México com os bancos pelas regras do Plano Brady. E a tal ponto que o executivo sênior internacional do Citicorp, William Rhodes, lembrou no ano passado, várias vezes, que as instituições financeiras internacionais estavam-se colocando em risco ao fazer empréstimos e programas com países em atraso com os credores privados. O instituto de finanças internacionais, um "think tank" financiado pelos bancos em Washington, bateu na mesma tecla.

Outro complicador no contexto atual é a posição defendida pela ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, na reunião anual do BID em Nagoya, há três semanas. Ela disse explicitamente que o Brasil não fará um acordo com o FMI apenas para viabilizar a renegociação da dívida com os bancos. E mais, que não esperava fazer um programa com o FMI a curto prazo, "em um, dois, ou três meses", porque os desequilíbrios profundos da economia do País impedem uma redução da inflação nos níveis aceitáveis para a instituição.

Camdessus, de sua parte, afirmou ontem que "o que é necessário para a aprovação de um programa do Brasil com o Fundo é a apresentação de um programa e, isso posto, um acordo. Até agora, nós decidimos com o governo do Brasil ter nas próximas semanas uma consulta pelo artigo 4, o tradicional, e geralmente anual, exame da situação econômica dos países-membros e das políticas requeridas. O governo brasileiro ainda não expressou o desejo de iniciar negociações sobre um programa. Assim que o fizer, ficarei feliz de negociá-lo e, se o programa for satisfatório, ficarei feliz de contribuir para seu financiamento".

O diretor-gerente do FMI então fez o novo reparo: "Tenho de acrescentar que o que é necessário (para o Brasil ter o programa com sua instituição) não é apenas um programa. Também será importante que o Brasil finalize suas discussões com os bancos e tenha um acordo sobre a reestruturação, refinanciamento ou que solução financeira venha a ser adotada, não apenas sobre o passado, mas também sobre o futuro".

Ele abriu sua entrevista coletiva, ontem pela manhã, informando a agenda da reunião do comitê interno do Fundo. Seu primeiro item é o exame das previsões econômicas mundiais feitas pelos técnicos da instituição, e da recomendação sobre a necessidade de fortalecimento da economia dos países industrializados. Outro tema será a atual escassez de poupança



Michel Camdessus

para financiar o crescimento dos países em desenvolvimento.

A pauta inclui ainda a continuação da Rodada Uruguai do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), a unificação europeia, a situação do Oriente Médio, a questão do petróleo e os problemas para estimular o crescimento econômico no Oriente Médio, a Europa do Leste, o ajustamento e crescimento nas economias industrializadas e, "como sempre, a situação da dívida externa dos países menos desenvolvidos".

Camdessus não espera um acordo agora sobre o aumento das cotas do Fundo, mas tem esperanças de vê-las resolvidas até o final do ano. Ficou satisfeito com a ambição japonesa de aumentar sua participação, reconheceu que alguns países europeus ainda resistem a isso e não escondeu sua preferência sobre um novo método de distribuição dos Direitos Especiais de Saque (DES).

Ele considera muito mais racional uma reforma que realoque o DES dos países desenvolvidos, que não necessitam deles, para os países em desenvolvimento, "sobretudo aqueles com bons programas econômicos". Dessa maneira, argumenta, uma vantagem adicional viria da necessidade de menos capital para que o Fundo "possa cumprir seu papel" nas atuais circunstâncias mundiais.

Pagamentos da dívida mexicana caem 2,8% em 90

O Banco Central mexicano informou que os pagamentos do serviço da dívida externa do país caíram 2,8% em 1990 ante 1989, segundo o jornal La Jornada.

O México pagou US\$ 9,19 bilhões em juros aos credores estrangeiros no ano passado, informou o Banco do México.

O Banco Mundial calcula a dívida externa do país em US\$ 88 bilhões.

Os pagamentos do serviço foram superiores às receitas do México com a exportação de petróleo no ano passado, segundo o La Jornada.

O petróleo é a principal exportação do México e rendeu ao país US\$ 8,92 bilhões em 1990, segundo o jornal. (AP/Dow Jones)

O FMI impõe nova condição para um acordo

por Getulio Bittencourt
de Washington

Uma condição nova foi acrescentada ontem pelo diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), o francês Michel Camdessus, no caminho de um acordo entre a instituição e o governo brasileiro. Para que o acordo aconteça, disse ele, é necessário que o Brasil acerte sua situação com os bancos comerciais, não apenas "sobre o passado mas também sobre o futuro".

Expressando-se em inglês com forte sotaque, Camdessus usou a palavra "finalizar" um acordo para descrever o que espera que aconteça entre o Brasil e os bancos na segunda rodada de negociações, prevista para breve, sobre o principal da dívida do País. Quando a carta de intenção do governo Collor de Mello para um acordo com o Fundo foi engavetada, no ano passado, a razão era apenas a necessidade de o País demonstrar um "progresso significativo" em suas negociações com os credores privados.

O conceito de "progresso significativo" é também uma das condicionantes do programa do FMI dentro da estratégia geral da dívida conhecida como Plano Brady e lançada pelo secretário do Tesouro dos EUA, Nicholas Brady, em 1989. É a primeira vez que Camdessus e o FMI vão além da letra no seu próprio programa e substituem o conceito de "progresso significativo" na negociação por "finalizar um acordo".

Mas não é a primeira vez que essa elevação nas res-

trições afeta o Brasil. A pressão dos sete países ricos, coordenada pelos EUA, dentro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), impediu durante seis meses a aprovação de um empréstimo de saneamento básico para o País, no valor de US\$ 350 milhões. No início, a razão alegada pelo subsecretário do Tesouro dos EUA, David Mulford, era de "progresso substancial" nas negociações com os bancos. No início deste ano, a razão passou a ser "acordo com os bancos".

A situação está complicada por dois outros fatores. De acordo com uma pesquisa informal do Manufacturers Hanover, um dos maiores credores privados do País, muitos bancos credores consideram necessário que o Brasil tenha um programa aprovado pelo FMI antes de assinar um acordo sobre a dívida, de cerca de US\$ 50 bilhões, do País.

O fato de o Fundo impor um acordo do País com os bancos para aprovar um programa, e de os bancos exigirem um programa do País com o Fundo antes de renegociar sua dívida, não é necessariamente incompatível — pode significar apenas que os bancos e o FMI estão agindo coordenadamente sob o comando dos sete países ricos.

(Continua na página 23)